



<https://www.inca.gov.br/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco>

Nº 04 - JUNHO/JULHO/2019

DESTAQUES

Acordo entre Brasil e Paraguai é firmado para intercâmbio de experiências contra o consumo de tabaco

Planejado conforme a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, e construído de maneira sistemática pela Assessoria Internacional do Ministério da Saúde do Brasil, com apoio da Secretaria-Executiva da Conicq, um acordo histórico de cooperação bilateral foi assinado pelos ministros da saúde do Brasil, Luiz Henrique Mandetta, e do Paraguai, Julio Mazzoleni, para troca de experiências sobre as políticas de controle do tabaco entre os dois países.

A Declaração, assinada no Rio de Janeiro, inclui propostas como a melhoria do sistema de registro e controle fiscal e sanitário de produtos do tabaco e a troca de experiências das comissões nacionais multissetoriais, com a intenção de desenvolvimento de programas, atividades e ações de cooperação técnica e científica.

"O objetivo é reduzir o comércio ilegal na fronteira", disse o Ministério da Saúde do Brasil em entrevista coletiva.

Segundo Mandetta, o aumento nos últimos anos de impostos sobre o tabaco no Brasil pode ter colaborado um aumento no contrabando. No entanto, defendeu a manutenção e aumento dos preços dos cigarros, combinados com políticas de cooperação internacional e repressão ao mercado ilegal.

Por sua parte, Mazzoleni disse que o Paraguai é um país comprometido com a luta contra o tabaco, uma batalha que ele descreveu como difícil por causa da força de sua indústria. O ex-presidente e atual Senador do Paraguai, Horacio Cartes, é dono de cerca de 200 empresas, que incluem tabaco, refrigerantes, produção de carnes e bancos.

O ministro do Paraguai também indicou que as instituições brasileiras e paraguaias estão preparando um cronograma de ações que serão realizadas não apenas em nível nacional, mas também na fronteira, ressaltando que os recursos para implementá-las deverão vir de ambos os lados.

Da mesma forma, ambas as autoridades concordaram em fortalecer o sistema nacional de vigilância epidemiológica do consumo de tabaco e de indicadores sociais, econômicos e de saúde.

Fonte: ABC – Edição: SE-Conicq

<https://www.abc.com.py/edicion-impres/internacionales/2019/07/27/suscriben-acuerdo-con-brasil-contra-consumo-y-contrabando-de-tabaco/>

OMS reconhece eficácia do Brasil na prevenção e controle do tabagismo

Agilidade de mercado e novos produtos da indústria são desafios

Brasil e a Turquia são os dois únicos países, dentre as 171 nações que aderiram às medidas globais da Organização Mundial da Saúde (OMS), a alcançar o mais alto nível das seis medidas MPOWER de controle do tabaco.

O resultado consta no 7º Relatório da OMS sobre a Epidemia Mundial do Tabaco, divulgado no dia 26 de julho, no Rio de Janeiro. O relatório analisa os progressos comandados pelos países para ajudarem as pessoas a deixarem de fumar. Na avaliação da agência da ONU, o Brasil, na segunda posição, é exemplo para o mundo no combate ao tabagismo.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que, sem decisão política e parcerias no Parlamento, as políticas de combate ao tabagismo acabam chegando à população, mas levam mais tempo para serem aplicadas, e que o Brasil “pode exportar um comportamento de vanguarda, quando se trata de combater o tabagismo”.

Durante seu discurso, Mandetta disse ser contra a redução de impostos sobre cigarros. Em Portaria, o Ministro da Justiça, Sergio Moro, criou um grupo para “diminuir o consumo de cigarros estrangeiros de baixa qualidade, o contrabando e os riscos à saúde dele decorrentes”.

A secretária-executiva da Conicq, Tânia Cavalcante, falou sobre os desafios para implementação da CQCT no Brasil.

“Temos que competir com o poder e a rapidez da indústria para chegar aos decisores das políticas”, resumiu.

Ela lamentou o tempo que algumas políticas demoraram para ser implementadas, como a aprovação da lei dos ambientes livres da fumaça de tabaco (sete anos até ser aprovada, em 2011), o banimento dos aditivos nos produtos derivados de tabaco (em negociação há sete anos), e as embalagens padronizadas, medidas que estão propostas na CQCT. Também chamou atenção para entrada de novos dispositivos eletrônicos para fumar no mercado brasileiro, via contrabando, para os quais a ciência ainda não se sabe os reais danos à saúde do fumante.

Fonte: INCA – Edição: SE-Conicq

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-07/oms-brasil-e-exemplo-para-o-mundo-no-combate-ao-tabagismo>

Justiça do RS aceita denúncia da AGU, e abre processo contra indústria do tabaco para ressarcimento ao SUS

“Produto vendido resultante de produção industrial massificada, pela qual inúmeros processos químicos são realizados para se alcançar o cigarro que é disponibilizado aos consumidores, e com toxicidade e potencial de causar dependência dos produtos de tabaco relacionados ao seu conteúdo, design e emissões”.

Com essa denominação, e a relação causal entre a atividade lícita e as doenças provocadas por seu uso, a Advocacia Geral da União (AGU) denunciou a Indústria do Tabaco, no dia 21 de maio, pedindo ressarcimento aos cofres públicos por gastos do Sistema Único de Saúde nos últimos cinco anos e indenização por danos morais coletivos.

Em fins de julho, a Ação Civil Pública foi aceita, e os dois grupos que controlam 90% do comércio de cigarros em todo o Brasil se tornaram alvo do processo aberto pela juíza Graziela Cristine Bündchen, da 1ª Vara da Justiça Federal de Porto Alegre: Souza Cruz (controlada pela British American Tobacco PLC), Philip Morris (controladas pela Philip Morris International).

Ainda no mesmo despacho, a juíza concedeu 30 dias úteis, prazo que encerra no dia 28 de agosto, para que as empresas contestem a ação da AGU. De acordo com a magistrada, o prazo é necessário tendo em vista “a complexidade da demanda, extensão da inicial e expressiva quantidade de documentos a ela anexados”.

De acordo com a equipe de advogados da União que atua no caso, a citação das empresas reforça a tese de que as empresas atuam como corporações transnacionais, ou seja, conglomerados econômicos que remetem para o exterior os lucros obtidos com seu negócio, deixando a responsabilidade pelo pagamento dos danos à saúde para a sociedade brasileira.

Fonte: Zero Hora – Edição: SE-Conicq

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2019/07/justica-decide-tornar-empresas-estrangeiras-res-em-acao-da-agu-contraindustria-de-cigarros-cjyerlbkc01g601pbgta77hv.html>

BRASIL

Seminário reforça papel do Brasil no controle do tabaco

Um dia antes do evento que lançou o 7º Relatório da OMS sobre a Epidemia Mundial do Tabaco, divulgado no dia 26 de julho, no Rio de Janeiro, e que formalizou a

cooperação bilateral Brasil-Paraguai para o controle do tabaco, a Secretaria-Executiva da Conicq organizou um seminário para debater e refletir aspectos relevantes para a Política Nacional de Controle do Tabaco, incluindo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Participaram do Seminário representações da Organização Mundial de Saúde, do Secretariado da Convenção, entidades governamentais e não-governamentais, que puderam reavaliar o cenário global e nacional de controle do tabagismo face aos importantes avanços já alcançados em termos de redução da prevalência do tabagismo e os desafios que se impõem para a plena implementação da CQCT/OMS.

Fonte: SE-Conicq

Conferência Nacional de Saúde debate aumento de tributos sobre tabaco

Entre os dias 4 e 7 de agosto, propostas das Conferências Estaduais e do Distrito Federal foram debatidas durante a 16ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em Brasília.

Entre as propostas incluídas no Relatório Nacional Consolidado, existe a de efetivar uma política de reajuste de impostos sobre produtos de tabaco para reduzir o consumo entre jovens.

A Conferência teve como tema “Saúde e Democracia”, e se propôs a defender os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), e a saúde pública como direito de todos e a democracia brasileira.

A Conferência teve como referência a 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª + 8), ocorrida em 1986, um marco histórico na redemocratização do país, e na construção do Sistema Único de Saúde. Os eixos temáticos discutidos foram: Saúde como Direito, Consolidação dos Princípios do SUS e Financiamento do SUS.

O relatório final da 16ª Conferência vai subsidiar a elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 e do Plano Nacional de Saúde.

Fonte: Conselho Nacional de Saúde – Edição: SE-Conicq
<http://conselho.saude.gov.br/16cns/apresentacao.html>

Regimento do Senado permite envio de proposição que proíbe cigarros com sabores e aromas para votação em Plenário

Depois de tramitar pela Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa, o PLS 769/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), que veda a propaganda de cigarros e outros produtos de tabaco e proíbe o uso de aditivos saborizantes, irá para votação do plenário do Senado Federal.

Amparado no Regimento Interno, o Recurso n. 12/19, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), foi aceito após apoio colhido entre 24 senadores. Um dos signatários, Senador Paulo Rocha, comunicou a retirada de seu apoio ao recurso. Para defensores da saúde pública, a indústria do tabaco tenta garantir o mercado futuro, tendo como principais alvos crianças e adolescentes.

O relatório aprovado na CCJ do Senado, de autoria da Senadora Leila Barros, substituiu a proposta de embalagens padronizadas para os cigarros por advertências maiores, ocupando 35% da face frontal e 35% da face superior das embalagens. Além disso, propôs o fim da exposição dos produtos nos pontos de venda, questão que é contestada pela indústria do tabaco e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel.

Fonte: Senado – Edição: SE-Conicq

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/07/leila-barros-explica-relatorio-sobre-projeto-antitabagismo>

ART. 17 - DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

FAO e países lusófonos criam centro para impulsionar agricultura familiar e agroecologia

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) anunciaram, em fins de julho, a criação de um centro de treinamento para promover a agricultura familiar sustentável. Com sede em São Tomé e Príncipe, a instituição vai promover trocas de conhecimento entre técnicos, professores de escolas agrícolas e pequenos produtores.

O projeto dos dois organismos internacionais tem investimentos estimados em 400 mil dólares. Um dos principais objetivos das atividades de formação será impulsionar a participação dos pequenos produtores e técnicos rurais na formulação de leis sobre agroecologia e agricultura familiar.

O centro também vai estimular a capacitação em temas como tecnologias de processamento e armazenamento de alimentos e acesso a mercados de valor agregado para os produtos da agricultura familiar. Entre as cadeias produtivas visadas pela instituição, estão as culturas da mandioca, café, cacau, caju, peixe, carne e laticínios, além de frutas e vegetais.

“Não vamos mudar os sistemas alimentares (somente) com tecnologia, mas, em vez disso, precisamos fazer mudanças nas leis e na pesquisa”, afirmou o diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva.

Em Portugal para o evento *Territórios Relevantes para um Mundo Sustentável*, o dirigente defendeu que é necessário “abrir a janela da catedral da Revolução Verde,

para plantar a ideia de que um modelo mais sustentável e responsável de produção e consumo é possível”.

A Revolução Verde é a expressão utilizada para se referir aos avanços do setor agrícola em meados do século XX, quando o uso de novas tecnologias, fertilizantes e pesticidas gerou ganhos impressionantes de produção, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Segundo Graziano, a Revolução Verde “alcançou os seus limites e é hora de implementar diferentes modelos para combater a fome e a obesidade crescentes”.

A FAO e os países lusófonos consideram que o bem-estar dos pequenos produtores e dos agricultores familiares é fundamental para a coesão social, o desenvolvimento rural e a preservação dos ecossistemas.

A CPLP é formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Timor-Leste. Somadas, as populações desses países chegam a mais de 285 milhões de pessoas.

A agricultura familiar e a agroecologia têm um papel proeminente na Estratégia Regional da CPLP para a Segurança Alimentar e Nutricional. Esse marco foi adotado por chefes de Estado e Governo em 2012, para enfrentar a fome e a má nutrição.

As nações lusófonas também tiveram um papel fundamental nos processos que levaram à adoção da Década da ONU para a Agricultura Familiar (2019-2028) e da Década da ONU para a Nutrição (2016-2025).

Desde 1999, a FAO e a comunidade linguística trabalharam juntas em diversos projetos de desenvolvimento. Iniciativas futuras estão previstas nas áreas de políticas sobre dietas, agroecologia e a promoção dos sistemas agrícolas que são considerados patrimônios de importância global.

Fonte: Nações Unidas – Edição: SE-Conicq

<https://nacoesunidas.org/fao-e-paises-lusofonos-criam-centro-para-impulsionar-agricultura-familiar-e-agroecolo>

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Em parceria com o CETAB (Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde/FIOCRUZ)

http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/P%C3%A1gina_principal

Presidente do Conselho Consultivo do ETCO defende menos imposto sobre o cigarro
Everardo Maciel foi Secretário da Receita durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso

Em 1998, o então Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, autorizou a apreensão das embalagens de cigarros da Philip Morris destinadas à exportação por

conterem menos de 20 cigarros. Também obrigou as fumageiras a inserir selos nas embalagens dos cigarros exportados, que não dispunham de controle, e retornavam pela fronteira como contrabando, ao contrário do produto vendido internamente. Maciel também orientou a Receita a investigar a Souza Cruz por crime de contrabando nas décadas de 80 e 90, considerado posteriormente prescrito.

Um ano após essas ações positivas de incremento da receita, e que estimularam a redução do tabagismo, Maciel foi alvo de ação do Ministério Público Federal por mudar o cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre cigarros, fazendo com que a União deixasse de arrecadar cerca de R\$ 500 milhões.

Segundo a Folha de São Paulo, Souza Cruz, Philip Morris, Sul América Tobacos e Cibahia foram citadas como réis na ação porque a “renúncia e a diminuição ilegal de tributos” seriam um fator de “enriquecimento ilícito”, segundo os procuradores.

A reestruturação dos impostos sobre o tabaco, reduzindo o preço ao consumidor, não impediu o crescimento do contrabando, fazendo com que Maciel solicitasse uma “ação mais enérgica” da Polícia Federal, e do Ministério Público Federal, segundo apurou a Folha de São Paulo, em 1999.

Hoje, passados mais de 20 anos, Everardo Maciel atua como consultor tributário, e ocupa, entre inúmeras funções, a presidência do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), entidade criada em 2003 para defender a concorrência empresarial legal.

Nesta função, vem investindo contra o que considera uma “supertaxação” sobre o tabaco por um modelo de imposto criado no século XVIII para “induzir condutas”, um disciplinador moral inibidor do consumo mundano, e cuja finalidade não mais se aplica ao século XXI.

Esses impostos são conhecidos no meio econômico por “sin taxes” ou “impostos sobre o pecado” por tributarem bens socialmente nocivos aos seres-humanos, como bebidas alcóolicas, tabaco, jogos de azar e a indústria da pornografia.

“Na prática, as pessoas não vão deixar de fumar. Essa não é a via correta para induzir essa conduta. As pessoas vão para o contrabando. Tributo não se presta a corrigir vício de ninguém”, é um dos argumentos utilizados por Maciel.

Em novo artigo, Maciel volta a advogar a redução do tributo sobre o cigarro como antídoto contra o contrabando.

“Tributação excessiva pode se revelar ineficaz, na perspectiva arrecadatória, e produzir efeitos perversos mais graves que a demanda que se pretende conter. É justamente o que ocorre com o comércio ilegal de cigarros no Brasil”, investe Maciel.

Em 1999, a redução do tributo não inibiu o contrabando e, hoje, como dirigente do Instituto ETCO, Everardo Maciel lidera um colegiado formado por executivos de

diversos ramos de negócios, ex-agentes públicos da alta administração, além de um ex-presidente de uma indústria de cigarro. Abaixo, o artigo na íntegra.

IMPOSTO, O REMÉDIO E O VENENO

A função dos tributos não se limita à geração de receitas públicas, ainda que seja essa sua finalidade essencial. Eles podem ter, também, funções extrafiscais, sendo, frequentemente, utilizados para corrigir desigualdades, atrair investimentos, conter demandas, modificar condutas etc.

A utilização de tributos para regular condutas remete ao século 17. Os alvos preferenciais eram o jogo, o tabaco e a bebida, tributados pesadamente no âmbito do que se denominou “impostos do pecado” (sin taxes, em inglês).

Ao que parece, presumia-se, hipocritamente, que o pagamento de impostos redimiria o pecador ou ao menos conteria sua propensão ao pecado.

A verdade mais provável é que o olhar fiscal enxergou, naquelas bases imponíveis, um enorme potencial arrecadatório.

O filósofo escocês David Hume (1711 – 1776) ofereceu um lastro intelectual à tese. Reconhecia a natureza voluntária da prática do jogo e do consumo de tabaco e bebida, o que legitimaria sua tributação, mas advertia que a frugalidade desejada só se alcançaria se os impostos fossem “judiciosamente lançados”.

Em outras palavras, admitia que existem limites para esse tipo de tributação, que, se excessiva, iria promover o jogo clandestino e o comércio ilegal de tabaco e bebida.

Ainda que as teorias tributárias modernas tenham encontrado outros fundamentos, como externalidades negativas, foi preservado o tratamento proporcionalmente mais oneroso das bebidas e do tabaco e, quando legalmente permitido, do jogo. O risco, como advertia Hume, está no excesso.

Tributação excessiva pode se revelar ineficaz, na perspectiva arrecadatória, e produzir efeitos perversos mais graves que a demanda que se pretende conter. É justamente o que ocorre com o comércio ilegal de cigarros no Brasil.

O contrabando de cigarros aqui é ostensivo. Conhecem-se as marcas. Sabe-se a procedência. Em certas localidades já é igual ou superior aos cigarros comercializados legalmente. Mais grave: o contrabando é crescente.

Muitas causas explicam esse lamentável quadro. Na década de 1930, a ditadura de Getúlio Vargas, ao que consta como reparação pelas perdas infringidas na Guerra do Paraguai, concedeu àquele país um entreposto franco no Porto de Santos, por meio do qual ingressavam mercadorias, que seguiam em trânsito aduaneiro para onde hoje se localiza Ciudad del Este, imunes à inspeção pela aduana brasileira.

No governo de Juscelino Kubitschek, foi autorizado um segundo entreposto franco, no Porto de Paranaguá, o que estimulou a formação de uma cultura de comércio ilegal naquele país. Foi nesse contexto que cresceu o contrabando de cigarro.

A fabricação de cigarros no Paraguai hoje é próspera, porque dispõe de margens generosas (lá a tributação corresponde a cerca de 20%, enquanto no Brasil chega a 71%) e de amplas possibilidades de contrabando através de nossas longas e desguarnecidas fronteiras.

Muito já se fez para enfrentar o contrabando de cigarros, a exemplo da adoção de alíquotas específicas, imposto de exportação nas saídas de tabaco in natura, contínuas ações de repressão.

Chegou-se até mesmo à celebração de acordo entre o Brasil e o Paraguai, para estimular investimentos e facultar fiscalização conjunta naquele país. O acordo, infelizmente, foi rejeitado no Senado paraguaio.

De tudo, podem ser extraídas algumas lições: a repressão e a vigilância nas fronteiras são indispensáveis, a cooperação internacional é crucial, mas nada disso será eficaz se não estiver associado a uma tributação capaz de neutralizar o comércio de cigarros contrabandeados.

Por mais virtuosas que sejam as intenções, estressar preços, quer pelo excesso de carga tributária, quer pela forma de incidência, faz apenas o jogo dos contrabandistas, que, sem nenhum escrúpulo, se associam ao tráfico de drogas e armas, e à lavagem de dinheiro.

Como ensina o pensador italiano Michelangelo Bovero: “o remédio pode ser pior que a doença. Medicina, em grego, é Phármakon. E seu primeiro significado é veneno”. É urgente uma revisão do modelo de tributação de cigarros no Brasil.

<https://www.poder360.com.br/conteudo-patrocinado/excesso-de-impostos-sobre-o-cigarro-podem-ser-veneno-diz-everardo-maciel/>
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3108200021.htm>

Setores da produção do sistema integrado apoiam legalização dos DEFs no Brasil **Reduzido uso do tabaco leva risco à produção, e contraria discurso em defesa do produtor**

Potencial econômico para a indústria do tabaco, fabricado e vendido em mercados como China, Estados Unidos, Reino Unido e Japão, os dispositivos eletrônicos para fumar ganharam o apoio dos setores produtivos da cadeia do tabaco no Brasil.

Enquanto os americanos são os maiores consumidores mundiais de cigarros eletrônicos (vaporizadores), os japoneses lideram o consumo de tabaco aquecido.

Em caso de legalização dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs) no Brasil, a Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra), fundada há mais de 60 anos para defender o preço da safra dos agricultores familiares perante a indústria, torce pelo tabaco aquecido, consumido pelos japoneses, único que, supostamente, poderá gerar retorno ao produtor.

Não é o caso da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco), entidade criada em Santa Cruz do Sul, em 2013, que se vê beneficiada com ambos dispositivos, independente do uso ou não de tabaco, devido ao incremento industrial-financeiro em seus territórios.

Porém, entre o mercado japonês e o americano, poucos respirariam os lucros vaporosos da indústria. Os produtores integrados de renda média - pequenos empresários rurais - se afunilariam, reduzindo ainda mais o número de produtores, juntamente com os municípios de renda média e alta que dispõem de infraestrutura e logística para receber as novas tecnologias, reservando aos pequenos municípios e agricultores familiares que dependem dessa economia, o refúgio não-planejado em outras culturas.

Sem considerar uma aleatória escolha do mercado por DEFS sem tabaco, levando a indústria o torná-los prioridade de investimentos, contrariando o futuro sonhado pela representação dos produtores de tabaco tradicional.

Por enquanto, o apoio aos DEFs tem se tornado consenso entre ambos, Afubra e Amprotabaco, estimulado pela imprensa dos grandes municípios produtores, como Venâncio Aires, cujo Prefeito Gionani Wickert tem se posicionado favoravelmente, seja na posição de gestor ou de membro associado da entidade que foi fundada para liderar quase 600 municípios em defesa dessa economia.

A imprensa de alguns dos municípios produtores vem enfatizando que os DEFs são estratégicos para o futuro do setor, e que lideranças ligadas à economia do tabaco estão mobilizadas. Em entrevista à Gazeta do Sul, Wickert declarou que a Amprotabaco pressionou para a criação da Audiência Pública na Anvisa, que debate o tema atualmente, e a ideia seria defender os novos produtos visando a criação de empregos.

“Demorou praticamente um ano desde que solicitamos essa audiência. Somos a favor da implementação desses produtos, pois é uma tecnologia que vem e pode se destacar no Brasil, podendo abrir o mercado de exportação para o mundo e gerar novas frentes de trabalho na área da indústria”, enfatizou Wickert.

A produção tecnológica, segundo o prefeito de Venâncio Aires, irá agregar valor ao produto não manufaturado.

“Teremos uma exportação muito maior, uma vez que o nosso tabaco é um dos melhores do mundo.”, declarou o diretor da entidade.

Wickert, porém, justifica o apoio aos DEFs devido aos possíveis menos riscos à saúde – conclusão ainda controversa – já que “são produtos que reduzem bastante o dano à saúde, por serem apenas aquecidos, não gerando combustão”. Segundo o membro da Amprotabaco, setores que são contra a liberação dos DEFs são os mesmos que querem banir a produção.

Em 2017, o então Presidente da Amprotabaco, Prefeito de Canoinhas, Beto Faria, integrando a comitiva pró-tabaco mobilizada para a COP 7, na Rússia, declarou apoio discreto ao cigarro eletrônico.

Fonte: Gazeta do Sul – Edição: SE-Conicq

<http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/07/25/150605-setor-se-mobiliza-pela-insercao-dos-cigarros-eletronicos-no-mercado.html.php>

Doação do SindiTabaco reforça segurança pública em Santa Cruz do Sul

Em mais um exemplo de proximidade junto ao poder público no município de Santa Cruz do Sul, o SindiTabaco doou para o Comando de Polícia do Vale do Rio Pardo, uma base móvel comunitária para o policiamento.

O Comando Regional recebeu duas novas viaturas, avaliadas em R\$ 300 mil, doadas pela comunidade. Uma delas, uma S10 automática foi repassada pelo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco).

De acordo com o comandante regional, coronel Valmir José dos Reis, esse auxílio pode ser visto como uma contrapartida pela atuação do Batalhão móvel em eventos como a Oktoberfest, onde as equipes policiais garantem a segurança dos visitantes.

“Ao mesmo tempo, destacamos a importância da indústria do tabaco para a estruturação da segurança pública na região.”

Fonte: Gaz – Edição: SE-Conicq

http://www.gaz.com.br/conteudos/policia/2019/07/20/150288-brigada_militar_recebe_reforços_em_santa_cruz_do_sul.html

Chefe de campanha do Ministro da Inglaterra pressionou conselhos em nome da Philip Morris

A empresa de *lobby* dirigida pelo assessor que liderou a campanha do Primeiro-Ministro eleito, Boris Johnson, escreveu para conselhos em nome da Philip Morris antes do anúncio de medidas anti-tabagismo anunciadas pela ex-ministra Tereza May.

O Jornal inglês *Guardian* viu e-mails mostrando os conselheiros contatados da Crosby Textor Fullbrook Partners (CTFP) em nome da Philip Morris, buscando envolver a multinacional em ações voluntárias para conter o consumo de cigarros, em oposição a esforços do governo.

Um dos sócios da CTFP, Mark Fullbrook, saiu da empresa para atuar como chefe de campanha da Johnson. O *lobby* ocorreu em abril, enquanto Fullbrook estava na empresa.

Embora não haja prova de que Fullbrook esteja envolvido nessas ações, ou que ele esteja aconselhando Johnson a adotar uma linha similar, isso ocorreu uma semana depois de Johnson pedir revisão dos impostos para bebidas açucaradas.

Mais tarde, descobriu-se que outro braço do grupo de *lobby* de Crosby representa uma empresa de laticínios na Austrália, que vende bebidas lácteas com alto teor de açúcar, do tipo que poderia ser alvo de uma extensão de um imposto sobre o açúcar no Reino Unido.

A CTFP afirma que o papel de Fullbrook na empresa não tem influência em seu trabalho com Johnson, e que ele atualmente não tem contato com clientes.

Mas em meio a contínuos atrasos em uma consulta governamental histórica sobre saúde pública, que deve incluir novas medidas anti-tabagismo, grupos pediram que o Johnson se comprometa a não diminuir os programas de controle do tabaco.

Eles pediram ao secretário de saúde, Matt Hancock, que avance com os programas, que devem incluir uma taxa do “poluidor-pagador”, na qual as empresas de tabaco seriam forçadas a financiar medidas anti-tabagismo, e cartões dentro das embalagens de cigarros detalhando os perigos à saúde.

Embora a CTFP não diga de quais empresas ela faz *lobby*, um e-mail visto pelo *Guardian* mostra que um de seus lobistas entrou em contato com um vereador em nome da Philip Morris. A multinacional é mais conhecida pela marca Marlboro, mas está se expandindo para produtos vaping e e-cigarette.

Os representantes da Philip Morris queriam se encontrar com autoridades locais de saúde pública, segundo o e-mail, “para explicar o que estão tentando fazer e de que maneira podem ajudar a reduzir as taxas de fumo nas áreas locais”.

Outro e-mail foi enviado em 2018 diretamente pela Philip Morris para o executivo-chefe de um conselho inglês, também oferecendo ajuda em medidas voluntárias para ajudar as pessoas a parar de fumar ou mudar para produtos do tipo vaping como parte dos esforços para reduzir a taxa de fumantes para menos de 5%.

As empresas de tabaco têm pressionado por esses métodos voluntários, em vez das medidas governamentais.

Bob Blackman, o deputado que preside o grupo parlamentar sobre fumo e saúde, disse estar preocupado com o adiamento do documento. “O que sabemos é que está atrasado, e essa é a preocupação”, disse Blackman.

Deborah Arnott, presidente-executiva da *Action on Smoking and Health (Ash)*, disse que a instituição está pedindo que Johnson “não ceda a nenhuma pressão para adiar o papel verde, ou que removesse a proposta de cobrança dos fabricantes de tabaco”. medidas anti-tabagismo”.

“Fabricantes de tabaco e seus lobistas, como Crosby, estão pedindo às autoridades locais para firmar parcerias voluntárias, e dizem que querem apoiar os programas de cessação do tabagismo quando, na realidade, trata-se de promover seus próprios produtos.”, afirma Arnott.

Fonte: *The Guardian* – Edição: SE-Conicq

<https://www.theguardian.com/politics/2019/jul/16/boris-johnson-campaign-chiefs-firm-lobbied-councils-for-tobacco-firm>

China autoriza exportação após análise de tabaco brasileiro

Em 2017, a China figurou como segundo maior país comprador do tabaco brasileiro: foram US\$ 276 milhões em divisas, 13,2% do total embarcado no ano.

Em meados de julho, técnicos chineses da Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena (AGSQIQ) e da Administração Geral das Alfândegas da República da China (AGA) estiveram na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, coletando amostras de tabaco processado e fazendo testes laboratoriais para comprovar a higiene do tabaco brasileiro antes do embarque.

A pré-inspeção do tabaco comercializado para a China ocorre anualmente com o intuito de assegurar a ausência de pragas no produto, e é uma das exigências do protocolo bilateral de comércio entre Brasil-China.

O encerramento reuniu representantes SindiTabaco, integrantes da GACC, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), empresas associadas e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Liu Dong, chefe de Seção da (AGA), apresentou um resumo dos resultados da pré-inspeção.

“Baseado no protocolo existente, os inspetores chineses analisaram 58 amostras coletadas de um total de 43 mil toneladas de tabaco adquirido pela China em 2018”, relatou.

O material é analisado no laboratório da Central Analítica da UNISC. A responsável técnica do Laboratório de Fitopatologia, Adriana Dupont, acompanhou as análises e enfatizou o trabalho realizado para confirmar a sanidade do produto.

A China é um importante parceiro no setor tabacaleiro: em 2017 figurou como segundo maior país comprador do tabaco brasileiro, gerando US\$ 276 milhões em divisas, representando 13% do total embarcado no ano.

A funcionária do Departamento de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, a auditora Fiscal, Débora Cruz, destacou que o mercado chinês é muito importante para o Brasil, e o MAPA não medirá esforços para dar continuidade aos negócios, bem como para cumprir o protocolo.

Por se tratar de uma missão oficial feita por técnicos de outro país, técnicos do MAPA acompanharam o processo de coleta e análises das amostras.

Jairo Carbonari, auditor Fiscal Federal Agropecuário, do MAPA no RS, enfatizou a importância do trabalho realizado.

“Este é um trabalho robusto, iniciado há mais de 10 anos, em parceria com o setor produtivo e que abrange todas as etapas de produção, processamento e exportação, garantindo um produto de excelente qualidade para o mercado chinês”, afirmou.

Jairo também destacou que o monitoramento é um dos trabalhos mais importantes do MAPA no Rio Grande do Sul, no sentido de atender ao protocolo existente, com o apoio de uma equipe de especialistas e de um trabalho efetivo de rastreabilidade do produto. “Nesse sentido, é preciso mencionar que o tabaco é o cultivo no Brasil com o melhor sistema de rastreabilidade”, avaliou Carbonari.

Fonte: Agrolink – Edição: SE-Conicq

https://www.agrolink.com.br/noticias/tabaco-brasileiro-apto-a-exportacao-para-china_422275.html

PRODUTOS DE TABACO ILÍCITO

Grupo de Trabalho instituído pelo MJ conclui que cigarro não deve ter tributação reduzida

Ministério da Saúde e Receita concordam que tributo sobre cigarro é eficaz

O Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para avaliar a conveniência de reduzir a tributação de cigarros nacionais como forma de combater o contrabando do produto, concluiu que o preço do cigarro não deve ser reduzido.

O documento foi entregue ao Ministro da Justiça, Sérgio Moro, e destina-se a subsidiar a elaboração de políticas públicas para o enfrentamento ao contrabando. O Grupo de Trabalho sugeriu, entre outras ações, criação de projetos de leis que produzam o aumento das penalidades aplicadas a contrabandistas.

A análise produzida pelo grupo, com base na tributação de cigarros fabricados no Brasil, indica melhorias à política fiscal e tributária do setor, incluindo medidas para a redução do consumo de cigarros estrangeiros de baixa qualidade e contrabandeados, que já ocupam ilegalmente parte significativa do mercado nacional, conferindo danos à arrecadação tributária e à saúde pública.

O Ministério da Saúde, representados pela Secretaria-Executiva da Conicq, Tânia Cavalcante, e pela Divisão de Assuntos Populacionais, do Instituto Nacional de Câncer, André Szklo, afirmou que, apesar da presença do mercado ilegal, "não há qualquer dúvida de que o consumo total de cigarros no país caiu, sendo que a política tributária aplicada ao setor deve ser considerada, na prática, um sucesso".

O ministério também afirmou que o tabagismo custa quase R\$ 57 bilhões por ano, tanto em gastos com despesas médicas como com custos indiretos ligados à perda de produtividade, causada por incapacitação de trabalhadores ou morte prematura.

“A arrecadação de impostos com a venda de cigarros no país é de R\$ 12,9 bilhões, o que gera um saldo negativo de R\$ 44 bilhões por ano, saldo esse que seria ampliado ainda mais com a adoção da redução da tributação sobre cigarros.”

A pasta lembrou ainda que essas cifras motivaram a Advocacia-Geral da União a ingressar com uma ação judicial contra as fabricantes que dominam o mercado legal no Brasil (Souza Cruz, Philip Morris e suas controladoras estrangeiras - British American Tobacco e Philip Morris International), pedindo ressarcimento pelo que foi gasto com tratamento de doenças relacionadas ao tabaco.

O trabalho foi feito a partir de contribuições dos ministérios da Saúde, da Economia e das Relações Exteriores, além de especialistas da Receita Federal, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

A Receita Federal, outro órgão que se posicionou contrário a medida, defendeu que "inúmeros estudos" demonstram que o sistema tributário mais adequado é o sistema praticado no Brasil, que instituiu o preço mínimo para a carteira de cigarro.

Citando o fato de que o valor dos cigarros apreendidos em 2019, até março, já é de R\$ 279,9 milhões e, que em 2018 esse valor foi R\$ 1,4 bilhão, a Receita afirma que não "há dúvida sobre a grande movimentação econômica do comércio ilícito de cigarros".

Mesmo assim, defende que como "os contrabandistas têm uma margem de manobra muito grande para reduzir mais ainda os seus preços", uma redução nos tributos não seria uma medida efetiva. Segundo dados do relatório, o valor de um maço de cigarros contrabandeado do Paraguai é de R\$ 0,94, mas como o preço médio de venda no Brasil é de R\$ 2,50, o lucro do contrabandista hoje é de 165,96%.

“A Receita Federal contesta de forma contundente estudos que sugerem que a redução tributária acarretará a diminuição do contrabando de cigarros, especialmente considerando que tais análises desconsideram a reação do segmento ilegal, que também reduziriam seus preços diante da enorme margem de lucro existe.”

O relatório também defende maior cooperação dos órgãos governamentais para discutir o problema, além da recriação do Comitê para Implementação do Protocolo da Convenção Quadro para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco, já que um dos eixos centrais do protocolo é a cooperação internacional para o combate ao contrabando.

Fonte: Valor Econômico – Ministério da Justiça – Edição: SE-Conicq
<https://www.valor.com.br/empresas/6384141/para-governo-nao-e-hora-de-cortar-tributos-sobre-cigarro>

Setores da produção do sistema integrado apoiam legalização dos DEFs no Brasil

Reduzido uso do tabaco leva risco à produção de folhas, e contraria discurso em defesa do produtor

Potencial econômico para a indústria do tabaco, fabricado e vendido em mercados como China, Estados Unidos, Reino Unido e Japão, os dispositivos eletrônicos para fumar ganharam o apoio dos setores produtivos da cadeia do tabaco no Brasil.

Enquanto os americanos são os maiores consumidores mundiais de cigarros eletrônicos (vaporizadores), os japoneses lideram o consumo de tabaco aquecido (cuja a marca IQOS desponta entre os fumantes).

Em caso de legalização dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs) no Brasil, a Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra), fundada há mais de 60 anos para defender o preço da safra dos agricultores familiares perante a indústria, torce pelo tabaco aquecido, único que, supostamente, poderá gerar retorno ao produtor.

Não é o caso da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco), entidade criada em Santa Cruz do Sul, em 2013, que se vê beneficiada com ambos dispositivos, independente do uso ou não de tabaco, devido ao incremento industrial-financeiro em seus territórios.

Porém, entre o mercado japonês e o americano, poucos respirariam os lucros vaporosos da indústria. Os produtores integrados de renda média - pequenos empresários rurais - se afunilariam, reduzindo ainda mais o número de produtores, juntamente com os municípios de renda média e alta que dispõem de infraestrutura e logística para receber as novas tecnologias, reservando o refúgio não-planejado em outras culturas aos pequenos municípios e agricultores familiares que dependem dessa economia.

Por enquanto, o apoio aos DEFs tem se tornado consenso entre ambos, Afubra e Amprotabaco, estimulado pela imprensa dos grandes municípios produtores, como Venâncio Aires, cujo Prefeito Gionani Wickert tem se posicionado favoravelmente, seja na posição de gestor ou de membro associado da entidade que foi fundada para liderar quase 600 municípios em defesa dessa economia.

A imprensa dos municípios produtores vem enfatizando que os DEFs são estratégicos para o futuro do setor, e que lideranças ligadas à economia do tabaco estão mobilizadas. Em entrevista à Gazeta do Sul, Wickert declarou que a Amprotabaco pressionou para a criação da Audiência Pública na Anvisa, e a ideia seria defender os novos produtos visando a criação de empregos.

“Demorou praticamente um ano desde que solicitamos essa audiência. Somos a favor da implementação desses produtos, pois é uma tecnologia que vem e pode se destacar no Brasil, podendo abrir o mercado de exportação para o mundo e gerar novas frentes de trabalho na área da indústria”, enfatizou Wickert.

A produção tecnológica, segundo o prefeito de Venâncio Aires, irá agregar valor ao produto não manufaturado.

“Teremos uma exportação muito maior, uma vez que o nosso tabaco é um dos melhores do mundo.”, declarou o diretor da entidade.

Wickert, porém, justifica o apoio aos DEFs devido ao possível menor risco à saúde – não comprovado cientificamente - já que “são produtos que reduzem bastante o dano à saúde, por serem apenas aquecidos, não gerando combustão”. Segundo o membro da Amprotabaco, setores que são contra a liberação dos DEFs são os mesmos que querem banir a produção.

Em 2017, o então Presidente da Amprotabaco, Prefeito de Canoinhas, Beto Faria, integrando a comitiva pró-tabaco mobilizada para a COP 7, na Rússia, declarou apoio discreto ao cigarro eletrônico.

Fonte: Gazeta do Sul – Edição: SE-Conicq

<http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/07/25/150605-setor-se-mobiliza-pela-insercao-dos-cigarros-eletronicos-no-mercado.html.php>

Doação do SindiTabaco reforça segurança pública em Santa Cruz do Sul

Em mais um exemplo de proximidade junto ao poder público no município de Santa Cruz do Sul, o SindiTabaco doou para o Comando de Polícia do Vale do Rio Pardo, uma base móvel comunitária para o policiamento.

O Comando Regional recebeu duas novas viaturas, avaliadas em R\$ 300 mil, doadas pela comunidade. Uma delas, uma S10 automática foi repassada pelo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco).

De acordo com o comandante regional, coronel Valmir José dos Reis, esse auxílio pode ser visto como uma contrapartida pela atuação da BM em eventos como a Oktoberfest, onde as equipes policiais garantem a segurança dos visitantes.

“Ao mesmo tempo, destacamos a importância da indústria do tabaco para a estruturação da segurança pública na região.”

Fonte: Gaz – Edição: SE-Conicq

<http://www.gaz.com.br/conteudos/policia/2019/07/20/150288-brigada-militar-recebe-reforcos-em-santa-cruz-do-sul.html>

Chefe de campanha do Ministro da Inglaterra pressionou conselhos em nome da Philip Morris

A empresa de lobby dirigida pelo assessor que liderou a campanha do Primeiro-Ministro eleito, Boris Johnson, escreveu para conselhos em nome da Philip Morris antes do anúncio de medidas anti-tabagismo anunciadas pela ex-ministra Tereza May.

O Jornal inglês *Guardian* viu e-mails mostrando os conselheiros contatados da Crosby Textor Fullbrook Partners (CTFP) em nome da Philip Morris, buscando envolver a multinacional em ações voluntárias para conter o consumo de cigarros, em oposição a esforços do governo.

Um dos sócios da CTFP, Mark Fullbrook, saiu da empresa para atuar como chefe de campanha da Johnson. O lobby ocorreu em abril, enquanto Fullbrook estava na empresa.

Embora não haja prova de que Fullbrook esteja envolvido nessas ações, ou que ele esteja aconselhando Johnson a adotar uma linha similar, isso ocorreu uma semana depois de Johnson pedir revisão dos impostos para bebidas açucaradas.

Mais tarde, descobriu-se que outro braço do grupo de lobby de Crosby representa uma empresa de laticínios na Austrália, que vende bebidas lácteas com alto teor de açúcar, do tipo que poderia ser alvo de uma extensão de um imposto sobre o açúcar no Reino Unido.

A CTFP afirma que o papel de Fullbrook na empresa não tem influência em seu trabalho com Johnson, e que ele atualmente não tem contato com clientes.

Mas em meio a contínuos atrasos em uma consulta governamental histórica sobre saúde pública, que deve incluir novas medidas anti-tabagismo, grupos pediram que o Johnson se comprometa a não diminuir os programas anti-tabaco.

Eles pediram ao secretário de saúde, Matt Hancock, que avance com os programas, que devem incluir uma taxa do “poluidor-pagador”, na qual as empresas de tabaco seriam forçadas a financiar medidas anti-tabagismo, e cartões dentro de maços de cigarros detalhando os perigos de saúde.

Embora a CTFP não diga de quais empresas ela faz lobby, um e-mail visto pelo *Guardian* mostra que um de seus lobistas entrou em contato com um vereador em nome da Philip Morris. A multinacional é mais conhecida pela marca Marlboro, mas está se expandindo para produtos *vaping* e *e-cigarette*.

Os representantes da Philip Morris queriam se encontrar com autoridades locais de saúde pública, segundo o e-mail, “para explicar o que estão tentando fazer e de que maneira podem ajudar a reduzir as taxas de fumo nas áreas locais”.

Outro e-mail foi enviado em 2018 diretamente pela Philip Morris para o executivo-chefe de um conselho inglês, também oferecendo ajuda em medidas voluntárias para ajudar as pessoas a parar de fumar ou mudar para produtos do tipo *vaping* como parte dos esforços para reduzir a taxa de fumantes para menos de 5%.

As empresas de tabaco têm pressionado por esses métodos voluntários, em vez das medidas governamentais.

Bob Blackman, o deputado que preside o grupo parlamentar sobre fumo e saúde, disse estar preocupado com o adiamento do documento. “O que sabemos é que está atrasado, e essa é a preocupação”, disse Blackman.

Deborah Arnott, presidente-executiva da *Action on Smoking and Health* (ASH), disse que a instituição está pedindo que Johnson “não ceda a nenhuma pressão para adiar o papel verde, ou que removesse a proposta de cobrança dos fabricantes de tabaco”. medidas anti-tabagismo”.

“Fabricantes de tabaco e seus lobistas, como Crosby, estão pedindo às autoridades locais para firmar parcerias voluntárias, e dizem que querem apoiar os programas de cessação do tabagismo quando, na realidade, trata-se de promover seus próprios produtos.”, afirma Arnott.

Fonte: *The Guardian* – Edição: SE-Conicq

<https://www.theguardian.com/politics/2019/jul/16/boris-johnson-campaign-chiefs-firm-lobbied-councils-for-tobacco-firm>

DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS PARA FUMAR

Inventora do e-cigarro Juul discorda de estímulo a iniciação e excesso de nicotina, e sai da empresa para criar produto menos nocivo

A pesquisadora Chenyue Xing, uma das inventoras do cigarro eletrônico Juul, deixou a empresa americana em 2016, por discordar da manutenção do alto teor de nicotina no produto, alvo de críticas nos Estados Unidos, por se tornar fonte de estímulo à iniciação de milhões de jovens não fumantes.

Na nova empresa, Xing criou um dispositivo semelhante, lançado na Conferência Global de Internet Móvel, em Guangzhou, China.

“A tecnologia da Juul tem três anos. Não acho que tenha feito qualquer outra inovação na formulação líquida desde que os cigarros foram lançados”, diz Xing, que co-inventou a tecnologia de sal de nicotina por trás dos cigarros eletrônicos da Juul.

O sal de nicotina é a forma de nicotina encontrada nas folhas de tabaco. Ao contrário da nicotina normalmente usada nos líquidos, esses sais são compostos de nicotina e componentes orgânicos. Xing vem promovendo o produto como recurso para a cessação do cigarro tradicional.

“Há muito a ser feito, especialmente na China, onde há centenas de milhões de fumantes que poderíamos ajudar a parar de fumar.”

Xing diz que o novo produto tem níveis mais baixos de nicotina do que os produtos da Juul e foi formulada para atrair os atuais fumantes – evitando os sabores frutados que podem atrair adolescentes que estão começando a fumar.

A nova empresa – Myst - planeja evitar a publicidade nas redes sociais e quer instalar programas de reconhecimento facial em lojas de varejo e comerciantes on-line para tentar evitar que menores de idade comprem seus produtos.

“Assim como crianças que bebem cerveja a rejeitam por causa do sabor, procuramos criar uma formulação de nicotina que crianças não gostariam e que apenas os fumantes veteranos possam desfrutar”, diz Xing.

Xing, de 37 anos, cresceu em Xangai e se mudou para os EUA para estudar. Ela obteve o doutorado em engenharia química pela Universidade da Califórnia em Davis, e trabalhou em empresas farmacêuticas e de biotecnologia dos EUA, especializada em medicamentos inalados por via oral para doenças como a asma. Xing diz que decidiu trabalhar para a Juul para ajudar pessoas a parar de fumar, mas saiu quando a controladora expandiu seu foco de negócios para oferecer vaporizadores de maconha.

Fonte: Moneytimes – Edição: SE-Conicq

<https://moneytimes.com.br/uma-das-inventoras-do-e-cigarro-juul-vai-lancar-rival-na-china/>

<https://blog.elitesmokebr.com/sais-de-nicotina>

MUNDO SEM TABACO

Resolução de da ex-ministra Theresa May compromete Inglaterra a acabar com tabagismo até 2030

Tabaco brasileiro exportado para o Reino Unido equivale a 1,5% do total

Segundo a BBC, uma das últimas medidas da Primeira-Ministra Theresa May foi a publicação de uma resolução com diretrizes para a saúde pública. A ênfase recaiu na prevenção com a pretensão da melhora na qualidade de vida dos britânicos.

Entre os principais tópicos constam medidas relacionadas ao consumo de cigarro. A expectativa é de que até 2030 a população esteja livre do tabagismo.

De acordo com a BBC, atualmente, a população britânica gasta mais de um quinto de suas vidas com problemas de saúde: são 19 anos, no caso das mulheres, e 16 anos dos homens, considerando os dados populacionais locais. Esse número é ainda maior nas áreas mais empobrecidas.

A resolução pressiona o novo governo a atacar o problema promovendo atividade física regular, cuidados com a alimentação, e recomendações para um sono de qualidade. De forma específica, com relação ao tabagismo, a recomendação é garantir que tabagistas internados em hospitais públicos recebam ajuda para deixar o cigarro.

Críticas se referem ao fato de que o documento não prevê uma atuação mais agressiva contra os fabricantes de bebidas lácteas açucaradas, nem impostos mais pesados para a indústria do tabaco. O documento foi disponibilizado on-line de forma discreta, sem qualquer notificação à imprensa.

O Primeiro-Ministro eleito, Boris Johnson, manifestou publicamente que se opõe a impostos sobre vendas de produtos prejudiciais à saúde, intitulados “sin tax”, impostos do pecado, tais como álcool, bebidas açucaradas, tabaco, etc.

De acordo com as estatísticas de exportação de Comércio Exterior, do Ministério da Economia, caso implementada, o controle do tabaco inglês irá impactar em 1,5% as exportações do tabaco brasileiro não beneficiado, estimadas em US\$ 12 milhões.

Fonte: Greenme – Edição: SE-Conicq

<https://www.greenme.com.br/viver/saude-e-bem-estar/8330-inglaterra-acabar-tabagismo-2030>

Ministério da Saúde do Uruguai considera “alarmante” que dois em cada 10 profissionais de saúde sejam tabagistas

Nas internações de praticamente todos os centros de saúde, há enfermeiras uniformizadas fumando, a todo momento, todos os dias. É problemático e o Ministério da Saúde Pública (MSP) ainda não incorporou um plano de ação eficiente para informar o pessoal ou regular a atividade.

Dois em cada dez médicos ou pessoas associadas ao setor da saúde são tabagistas. Isso, de acordo com Enrique Soto, chefe do Programa Nacional de Controle do Tabagismo do Ministério da Saúde Pública (MSP), é um número alto e “alarmante”.

No entanto, a porcentagem de pessoal de saúde que fuma é quase a mesma que em qualquer outra área de trabalho.

“Deve ser menos porque eles estão mais em contato com os efeitos causados pelo tabaco; então, desse ponto de vista, estamos preocupados porque significa que não estamos recebendo corretamente a mensagem”, disse Soto.

Em junho de 2016, Tabaré Vázquez esteve em uma conferência em Genebra, onde afirmou que pretendia combater o tabagismo através de uma série de medidas. Uma delas: você não pode fumar a menos de 200 metros de centros educacionais e hospitalares. E acrescentou que sentia por continuar vendo “colegas vestidos de branco fumando fora dos hospitais”, porque dentro de casa, mesmo em áreas externas, é proibido por lei.

“Não há regulamentação ainda em nível nacional”, respondeu Soto. O MSP tem passos a seguir quando encontra um problema desse tipo e o regulamento é o último. E há uma razão. Quando uma atividade é proibida ou sancionada, os consumidores encontram maneiras de evitar a regra. “Temos que partir do fato de que fumar é uma doença, é um vício. O tabaco contém nicotina, que é uma substância muito potente com componente aditivo, mais potente que a cocaína”, disse Soto.

Portanto, não se procura reprimir o fumante, mas outras opções são dadas antes: ajuda médica e planos de cessação.

Fonte: El País – Edição: SE-Conicq

<https://www.elpais.com.uy/vida-actual/msp-considera-alarmante-profesionales-salud-sean-fumadores.html>

Nova York proíbe a venda de cigarros a menores de 21 anos **Medida surge após aumentar preço do cigarro para US\$ 12 dólares**

A partir de novembro, Nova York deixará de vender tabaco ou cigarros eletrônicos a menores de 21 anos. A medida foi assinada pelo governador de Nova York, Andrew Cuomo.

“Ao aumentar a idade de fumar, podemos impedir que os cigarros caiam nas mãos de jovens e impedir que toda uma geração de nova-iorquinos sofra vícios fatais caros e potenciais”, disse Cuomo.

Cuomo divulgou a nova lei como parte de sua agenda de trabalho para 2019, depois de ter sido reeleito em novembro passado, quando os democratas também ganharam o controle da Assembleia e do Senado.

A nova lei entrará em vigor em 120 dias, proibindo a venda de qualquer produto derivado de tabaco e cigarros eletrônicos em farmácias, além de sua exibição em lojas que não são apenas destinadas a adultos e exigirão que os cigarros eletrônicos são vendidos apenas por revendedores autorizados.

Cuomo salientou que Nova York está tomando medidas agressivas para erradicar o tabagismo entre adolescentes e crianças, mas o tabaco e os cigarros eletrônicos ainda persistem graças a campanhas de marketing irresponsáveis direcionadas aos jovens.

Por sua vez, o Senador Andrea Stewart-Cousins lembrou que o uso do tabaco é prejudicial para os nova-iorquinos e causa câncer, outros problemas de saúde e morte. “Ao aumentar nossa idade, ajudaremos a garantir que menos crianças comecem com esse hábito mortal”, disse ele.

O líder da Assembleia, Carl Heastie, lembrou que muitas crianças estão usando cigarros e cigarros eletrônicos viciados e perigosos.

“Esta lei aumentará a idade legal para produtos de tabaco, mantendo-os fora de nossas escolas e ajudando a melhorar a saúde, presente e futuro de nossa juventude”, disse ele.

Na cidade, a administração do prefeito Bill de Blasio já aumentou em maio de 2014 a idade mínima para comprar produtos de tabaco. Um imposto sobre o tabaco foi imposto que elevou o preço de um maço de cigarros para cerca de US\$ 12, com um mínimo de 10,50.

Em 2018, o preço-base dos cigarros subiu para US \$ 13 para um pacote de 20, o que fez de Nova York a cidade com o maior preço por pacote do país.

Com essa ação, o governo De Blasio busca reduzir o número de fumantes na cidade em 17% no ano que vem.

Fonte: Clarin – Edição: SE-Conicq

https://www.clarin.com/sociedad/nueva-york-prohibe-venta-tabaco-menores-21-anos_0_gZjIPAp4.html



A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Redação: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula L. Teixeira, Érica Cavalcanti (consultora), Daniel Martins, Felipe Mendes, Renata Pereira, Tânia Cavalcante.

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA